



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO ADMINISTRATIVO - NAD/DPF/FIG/PR

TERMO DE REFERÊNCIA 14483019/2020-NAD/DPF/FIG/PR

Processo nº 08389.005247/2021-50

1. **GLOSSÁRIO**

1.1. Às informações apresentadas nas documentações desta contratação, aplica-se a definição dos seguintes termos, especificados conforme a grafia apresentada:

- a. **CONTRATANTE:** Unidade de Administração de Serviços Gerais da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, responsável pelo gerenciamento da contratação;
- b. **CONTRATADA:** organização privada selecionada mediante o devido processo licitatório para a prestação dos serviços especificados pela contratação;
- c. **OBJETO:** agrupamento global dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA selecionada, considerando-se os requisitos globais a serem cumpridos durante a vigência integral da contratação.
- d. **LOTE:** conjunto dos serviços tecnicamente interdependentes identificados singularmente segundo todos os seus requisitos específicos, cuja prestação deve ser atribuída a uma mesma CONTRATADA;
- e. **ITEM:** serviço individualizado segundo sua categoria e modalidade de prestação, integrado a outros serviços para a composição de um LOTE e gerador de despesa específica no contexto da execução do OBJETO.

2. **DO OBJETO**

2.1. Contratação de serviços autônomos de **acesso dedicado à rede mundial de computadores (Internet)**, a ser instalado em Unidades Institucionais circunscritas à Unidade de Administração de Serviços Gerais da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu.

2.2. A prestação dos serviços deve ser segmentada nos seguintes ITENS, especificados pelas Unidades Institucionais a serem atendidas, considerando, em especial, as respectivas localidades de instalação e larguras de banda (*bandwidth*) específicas:

Tabela 2.1 - Velocidades de acesso e proteção.

Item	Catser	Descrição	Localidade	Unidade	Quantidade	Preço de Referência
1	26506	Acesso dedicado à Internet, largura de banda de 300 Mbps ou superior e proteção a ataques DDoS	Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu Avenida Paraná, 3471 – Jardim Polo Centro CEP 85863-720 Foz do Iguaçu - PR.	Assinatura mensal	12	R\$ 13.499,96
Valor global dos serviços: R\$ 13.499,96						

Tabela 2.2 - Instalação de serviço de acesso dedicado à Internet

Item	Catser	Descrição	Localidade	Unidade	Quantidade	Preço de Referência
2	26166	Instalação de serviço de acesso dedicado à Internet	Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu Avenida Paraná, 3471 – Jardim Polo Centro CEP 85863-720 Foz do Iguaçu - PR.	Instalação única	1	R\$ 0,00
Valor global dos serviços: R\$ 0,00						

Tabela 2.3 – Formação dos Grupos de fornecimento dos serviços de acesso à internet e instalação da infraestrutura necessária.

Grupo	Item	Catser	Descrição	Localidade	Unidade	Quantidade	Valor Mensal	Valor anual
01	1	26506	Acesso dedicado à Internet, largura de banda de 300 Mbps ou superior e proteção a ataques DDoS	Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu Avenida Paraná, 3471 – Jardim Polo Centro CEP 85863-720 Foz do Iguaçu - PR.	Assinatura mensal	12	R\$ 1.125,00	R\$ 13.499,96
	2	26166	Instalação de serviço de acesso dedicado à Internet	Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu Avenida Paraná, 3471 – Jardim Polo Centro CEP 85863-720 Foz do Iguaçu - PR.	Instalação única	1	R\$0.00	---
Valor Total							R\$ 1.125,00	R\$ 13.499,96



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO ADMINISTRATIVO - NAD/DPF/FIG/PR

TERMO DE REFERÊNCIA 14483019/2020-NAD/DPF/FIG/PR

Processo nº 08389.005247/2021-50

1. **GLOSSÁRIO**

1.1. Às informações apresentadas nas documentações desta contratação, aplica-se a definição dos seguintes termos, especificados conforme a grafia apresentada:

- a. **CONTRATANTE:** Unidade de Administração de Serviços Gerais da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, responsável pelo gerenciamento da contratação;
- b. **CONTRATADA:** organização privada selecionada mediante o devido processo licitatório para a prestação dos serviços especificados pela contratação;
- c. **OBJETO:** agrupamento global dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA selecionada, considerando-se os requisitos globais a serem cumpridos durante a vigência integral da contratação.
- d. **LOTE:** conjunto dos serviços tecnicamente interdependentes identificados singularmente segundo todos os seus requisitos específicos, cuja prestação deve ser atribuída a uma mesma CONTRATADA;
- e. **ITEM:** serviço individualizado segundo sua categoria e modalidade de prestação, integrado a outros serviços para a composição de um LOTE e gerador de despesa específica no contexto da execução do OBJETO.

2. **DO OBJETO**

2.1. Contratação de serviços autônomos de **acesso dedicado à rede mundial de computadores (Internet)**, a ser instalado em Unidades Institucionais circunscritas à Unidade de Administração de Serviços Gerais da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu.

2.2. A prestação dos serviços deve ser segmentada nos seguintes ITENS, especificados pelas Unidades Institucionais a serem atendidas, considerando, em especial, as respectivas localidades de instalação e larguras de banda (*bandwidth*) específicas:

Tabela 2.1 - Velocidades de acesso e proteção.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	LOCALIDADE
1	26506	Acesso dedicado à Internet, largura de banda de 300 Mbps ou superior e proteção a ataques DDoS	Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu Avenida Paraná, 3471 – Jardim PoloCentro - CEP 85863-720 Foz do Iguaçu - PR.

Tabela 2.2 - Instalação de serviço de acesso dedicado à Internet

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	LOCALIDADE
1	26166	Instalação de serviço de acesso dedicado à Internet	Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu Avenida Paraná, 3471 – Jardim PoloCentro - CEP 85863-720 Foz do Iguaçu - PR.

Tabela 2.3 – Formação dos Grupos de fornecimento dos serviços de acesso à internet e instalação da infraestrutura necessária.

Grupo	Item	Catser	Descrição	Localidade	
01	1	26506	Acesso dedicado à Internet, largura de banda de 300 Mbps ou superior e proteção a ataques DDoS	Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu Avenida Paraná, 3471 – Jardim PoloCentro - CEP 85863-720 Foz do Iguaçu - PR.	A:
	2	26166	Instalação de serviço de acesso dedicado à Internet	Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu Avenida Paraná, 3471 – Jardim PoloCentro - CEP 85863-720 Foz do Iguaçu - PR.	I
Valor Total					

- 2.3. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no CATSERV e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.
- 2.4. A seleção da CONTRATADA para a execução do OBJETO ocorrerá mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 2.5. A licitação será composta por GRUPO, formado por dois itens correlacionados (Serviço + Instalação), conforme Tabela 2.3.
- 2.6. O OBJETO tem a natureza de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. O contrato terá vigência inicial de 12 meses, prevendo o início da implantação após a assinatura do contrato, com prazo de **até 30 (trinta) dias correntes** para a entrega e ativação dos acessos em pleno acordo com seus requisitos.
- 2.7. O contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993, custeado mensalmente a título de assinatura.
- 2.8. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 2.9. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. Para todos os ITENS, os serviços devem ser prestados em estrito cumprimento aos seguintes requisitos funcionais:

3.1.1. **Estrutura:**

- a. Tráfego de sinais integralmente sobre fibra óptica entre a edificação do prestador e da Unidade Institucional, segundo arquitetura FTTB (*fiber-to-the-building*).
- b. Disponibilização, em regime de comodato, de modem óptico com, no mínimo, quatro portas de saída em interface Gigabit Ethernet.

3.1.2. **Endereçamento:**

- a. Reserva de endereços IP *utilizáveis* para uso exclusivo da parte CONTRATANTE, compondo-se no mínimo de:
 - I. quatro endereços Ipv4;
 - II. quatro endereços Ipv6.
- b. Preservação dos endereços IP reservados durante toda a vigência do contrato, salvo em caso de solicitação de alteração pela CONTRATANTE.

3.1.3. **Transmissão:**

- a. Disponibilidade mensal do serviço com limite mínimo de 99%.
- b. Largura de banda simétrica para download e upload, segundo as especificações individualmente aplicáveis aos ITENS 1, 2, 3 e 4.
- c. Integridade da banda nominal, considerando os seguintes limites máximos:
 - I. 150ms para latência total de rede;
 - II. 30ms para atraso de pacotes;
 - III. 1% para perda de pacotes.

3.1.4. **Segurança:**

- a. Proteção a ataques DDoS volumétrico, operado de forma contínua durante a prestação do serviço.
- b. A proteção deve implementar mecanismos capazes de mitigar, automaticamente, ataques que façam o uso não autorizado de recursos de rede, incluindo:
 - I. ICMP Flood;
 - II. SYN Flood;
 - III. TCP Flood;
 - IV. UDP Flood.
- c. A mitigação de ataques deverá ser baseada em arquitetura na qual o tráfego suspeito é desviado, de forma transparente, por meio de alterações do plano de roteamento na infraestrutura da prestadora.
- d. O sistema de segurança deverá atuar sobre o tráfego somente em momentos de ataque, estando completamente inativo em situações normais.
- e. Deverá ser possível realizar o desvio exclusivo do tráfego sob suspeita de ataque, permanecendo em curso livre as transações legítimas.

3.1.5. **Gerenciamento:**

- a. Disponibilização, à CONTRATANTE, de acesso a *aplicação web* própria da CONTRATADA para gerenciamento dos serviços prestados.
- b. A *aplicação web* deve oferecer recursos para auditoria dos serviços, incluindo:
 - I. identificação da disponibilidade do serviço, incluindo todas as eventuais interrupções, suas durações e suas causas;
 - II. identificação da qualidade da transmissão, considerando a largura de banda especificada;
 - III. identificação dos endereços de origem e destino das requisições;
 - IV. identificação dos incidentes maliciosos e alertas de segurança.
- c. A *aplicação web* deve permitir a definição em tempo real de configurações dos serviços, incluindo:
 - I. detecção e mitigação automática baseada em limiares de *pps* (pacotes por segundo) e *bps* (*bits* por segundo);
 - II. bloqueio e limitação de taxa para endereços IP, individualmente ou em faixa (*range*), de destino.

4. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. **Necessidades de negócio**

4.1.1. *Dependências:*

4.1.1.1. As Unidades Institucionais circunscritas à UASG realizam continuamente atividades dependentes de acessos à rede mundial de computadores alternativos aos providos em âmbito corporativo centralizado. Tais atividades incluem tanto a execução de diligências investigativas – a exemplo de sistemas de interceptação telefônica – quanto de procedimentos periciais – como aplicações de monitoramento ambiental via satélite –, além de rotinas auxiliares às atividades policiais.

4.1.2. *Riscos:*

4.1.2.1. A realização de tais atividades sem o devido suporte tecnológico pode acarretar a queda de seu desempenho ou mesmo sua completa interrupção.

4.2. **Necessidades de tecnologia**4.2.1. *Compatibilidade:*

4.2.1.1. Em virtude das necessidades de negócio relatadas, identifica-se objetivamente a necessidade do provimento de serviços de acesso à *Internet* com requisitos que viabilizem a execução das atividades institucionais, segundo o nível de qualidade demandado.

4.2.2. *Gerenciamento:*

4.2.2.1. Paralelamente ao provimento do acesso, faz-se necessária a disponibilização de meios que viabilizem o gerenciamento da prestação do serviço, para avaliações tanto da qualidade do OBJETO quando da adequação entre demanda identificada e solução proposta.

4.2.3. *Segurança:*

4.2.3.1. Com vistas a proporcionar o nível de segurança do acesso, faz-se necessária a utilização de recursos de proteção que mantenham, em especial, a disponibilidade e a integridade das informações trafegadas no meio.

4.3. **Benefícios da contratação**4.3.1. *Eficácia:*

4.3.1.1. Os serviços pretendidos proporcionam o atendimento adequado às necessidades apresentadas.

4.3.2. *Eficiência:*

4.3.2.1. Os requisitos estabelecidos mantêm a adequação das despesas a serem realizadas, considerando-se, inclusive, perdas, desperdícios e outros inconvenientes eventualmente ocasionados por indisponibilidade ou inadequação dos serviços contratados.

4.3.3. *Efetividade:*

4.3.3.1. A modalidade de acesso à Internet definida é destinada especialmente a entidades corporativas, garantindo-se maior performance, estabilidade e segurança. Tal fato contribuirá para a aumentar a agilidade e rapidez de processos nas atividades institucionais relacionadas.

4.3.4. *Economicidade:*

4.3.4.1. Os requisitos foram definidos, segundo a proporção das necessidades apresentadas e a otimização da aplicação de recursos destinados à manutenção das atividades da Instituição, considerando-se ainda que eventuais transtornos causados pela ineficiência, ineficácia ou indisponibilidade dos serviços pretendidos podem alçar proporções além do contexto econômico, ocasionando, inclusive, a interrupção da continuidade do Serviço Público.

4.3.4.2. **Alinhamentos estratégicos**

4.3.4.3. O OBJETO pretendido encontra-se alinhado ao Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação (PDTIC) da Polícia Federal atualmente em vigor, considerando-se as seguintes ações, associadas às respectivas definições correspondentes ao Plano Estratégico Institucional (PEI) e ao Plano Estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação (PETIC):

Tabela 4.1 - Alinhamento ao PDTIC, PEI e PETIC.

Ação	Título	PEI	PETIC
SST15	Modernizar os recursos de rede e conectividade do datacenter da DTI/PF, incluindo redes privadas virtuais (VPNs)	9.7 - Otimizar o Emprego dos bens e Recursos Materiais	Tema 2 - Infraestrutura
SST22	Renovar a infraestrutura de rede das unidades da Polícia Federal (switches)	9.7 - Otimizar o Emprego dos bens e Recursos Materiais	Tema 2 - Infraestrutura
SST33	Manter e expandir a infraestrutura para geoprocessamento	9.4 - Reduzir a Criminalidade	Tema 2 - Infraestrutura
DITEL3	Manter e ampliar a quantidade de links utilizados na interceptação de sinais	9.4 - Reduzir a Criminalidade	Tema 4 - Polícia Federal
SDS26	Manter e evoluir sistemas de informação corporativos	9.7 - Otimizar o Emprego dos bens e Recursos Materiais	Tema 4 - Polícia Federal
DTI1	Melhorar os processos de governança e gestão da Tecnologia da Informação, Comunicações e Inovação	9.7 - Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais 9.8 - Consolidar a Governança em TI	Tema 1 - Governança e Gestão

5. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos Legais

5.1.1. A contratação deve seguir as determinações da [Instrução Normativa 1/2019](#) da Secretaria de Governo Digital - SGD/ME, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal., com todas as orientações e modelos propostos.

5.1.2. A CONTRATADA deverá cumprir os requisitos legais estabelecidos em contrato, bem como os requisitos técnicos descritos neste documento e seus respectivos anexos.

5.2. Requisitos de Qualificação

5.2.1. A CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, e do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012.

5.2.2. Os produtos fornecidos pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo CONTRATANTE.

5.2.3. A CONTRATADA deve apresentar atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de produto considerado, pela CONTRATANTE, compatível com o objeto licitado, de forma satisfatória e a contento, devidamente datados e assinados.

5.2.4. A empresa deverá apresentar Declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. Requisitos de Instalação

5.3.1. A CONTRATADA deve ofertando a solução completa, sem a necessidade que quaisquer hardwares ou softwares sejam disponibilizados pela CONTRATANTE.

5.3.2. As peças e componentes instaladas pela CONTRATADA, serão disponibilizados em regime de COMODATO, devendo ser recolhidos após o encerramento da contratação.

5.3.3. Todas as funcionalidades devem estar disponíveis na versão mais recente da tecnologia ofertada, permitindo atualizações que venham a ocorrer no período de vigência do contrato.

5.3.4. O transporte dos equipamentos e acessórios até o local de entrega será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive os procedimentos de seguro, embalagem e instalação.

5.3.5. Os equipamentos deverão ser novos e atualizados em relação aos padrões de mercado como capacidade, características construtivas, características técnicas, drivers, marca e modelo.

5.3.6. Serão recusados os equipamentos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado novo pela CONTRATADA.

5.3.7. A CONTRATANTE recusará os acessórios e equipamentos caso seja comprovada a utilização de componentes reconicionados ou não originais ou ainda que não atenda aos requisitos técnicos definidos neste documento.

5.4. Requisitos de Manutenção

5.4.1. A garantia de funcionamento dos produtos e serviços disponibilizados pela CONTRATADA deve alcançar todo o período da contratação, contados a partir da instalação do serviço, incluindo manutenções corretivas e preventivas, suporte técnico, além das pertinentes atualizações de hardwares e softwares.

5.4.2. As requisições de manutenção ou suporte técnico serão efetuados por telefone, e-mail ou aplicação disponibilizada na Internet, através do site do fabricante, da CONTRATADA ou terceiro responsável pela manutenção dos equipamentos, tendo como tempo de solução ou tempo para reparo, que compreende o lapso entre a abertura do chamado técnico até a sua efetiva solução, definido em, no máximo:

- a. 3 (três) horas para manutenções remotas de software;
- b. 6 (seis) horas para manutenções locais de hardware.

5.4.3. O descumprimento ao prazo citado sujeitará a CONTRATADA a penalidade de multa.

5.4.4. O trabalho de substituição de componente deverá ser realizado, preferencialmente, nas dependências da CONTRATANTE. Havendo necessidade de remoção do equipamento ou envio de peça defeituosa, as despesas de transporte, seguros e embalagens correrão por conta da CONTRATADA.

5.4.5. Quaisquer peças, componentes, acessórios ou outros materiais que apresentarem defeitos de fabricação e/ou instalação devem ser substituídos por produtos originais, de qualidade igual ou superior, e preferencialmente novos, sem ônus para a CONTRATANTE.

5.4.6. No caso de retirada de qualquer equipamento ou acessório, a CONTRATADA deverá assinar termo de retirada se responsabilizando integralmente pelo mesmo, enquanto o mesmo estiver em suas dependências ou em trânsito sob sua responsabilidade.

5.4.7. Caso algum equipamento fornecido pela empresa apresente problema e necessite ser retirado para conserto, outro deverá ser colocado no lugar, mantendo o funcionamento do serviço e do sistema com o mesmo desempenho requerido.

5.4.8. Somente os técnicos da empresa CONTRATADA, ou pessoas a quem ela autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção ou suporte.

5.4.9. O atendimento de suporte da CONTRATADA deve ser realizado na língua Portuguesa utilizada no Brasil.

5.4.10. Durante o processo de atendimento a requisições de manutenção ou suporte técnico, quaisquer alegações por parte da CONTRATADA contra instalações ou ações da CONTRATANTE devem ser comprovadas tecnicamente através de laudos detalhados e conclusivos, emitidos pelo fabricante do equipamento, considerando-se que:

0.0.0.1. Eventuais omissões na disponibilização do laudo conclusivo não serão admitidas quando baseadas em suposições técnicas sem fundamentação, habilidade pessoal de técnicos ou alegações baseadas em exemplos de terceiros.

0.0.0.2. Enquanto não for disponibilização do laudo conclusivo em condições de admissão, a CONTRATADA deve prosseguir com o atendimento às requisições de manutenção ou suporte técnico.

5.5. Requisitos de Segurança

5.5.1. Assinatura dos Termos de Ciência e de Sigilo, pelos funcionários que tiverem acesso as dependências e aos sistemas da Polícia Federal, em conformidade com o previsto no artigo 22, inciso III, alínea b, da IN 04/2014 - SLTI/MPOG.

5.5.2. Assinatura do Termo de Sigilo Constitucional, pelos funcionários que tiverem acesso as dependências e aos sistemas da Polícia Federal.

5.5.3. Verificação da documentação dos membros da equipe da CONTRATADA.

5.5.4. Os funcionários da CONTRATADA devem usar identificação funcional de forma permanente, sempre que estiverem dentro das dependências da Polícia Federal.

5.5.5. Retirar das dependências da Polícia Federal os funcionários da CONTRATADA que estiverem agindo de forma inadequada

5.6. Responsabilidade Socioambiental

5.6.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

5.6.2. Quando da instalação e execução dos serviços, deverá adotar boas práticas e educação ambiental de seus funcionários em prol da redução de energia, água, embalagens e outros quando da instalação para a execução dos serviços.

5.6.3. Orientar seus funcionários sobre a responsável destinação ambiental de eventuais resíduos eletroeletrônicos, de embalagens, invólucros e demais materiais de consumo inservíveis recicláveis, resultantes da execução contratual.

5.6.4. A Administração poderá exigir do fornecedor, a qualquer tempo – no prazo de até 01 (um) ano da data da última execução dos serviços, a apresentação de documentos comprobatórios dos procedimentos de orientação ambiental de seus funcionários, reciclagem (reaproveitamento) e/ou destruição dos produtos eventualmente recolhidos, e demais mecanismos socioambientais aqui previstos.

6. RESPONSABILIDADES**6.1. Da CONTRATANTE:**

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

6.1.2. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.

6.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

6.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.1.5. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

6.1.6. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.1.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o Item 6 do Anexo XI da Instrução Normativa 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

6.1.8. Presevar-se de praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, em especial:

- a. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, como nos serviços de recepção, manutenção e suporte técnico;
- b. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
- c. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADA.

6.1.9. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

6.1.10. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

6.1.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

6.1.12. Arquivar documentações, em especial projetos, especificações, certidões, orçamentos, contratos, relatórios, aditamentos, notificações, termos de recebimento e notas fiscais.

6.1.13. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

6.1.14. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC.

6.2. Da CONTRATADA:

6.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e localidades constantes no Edital e seus anexos, acompanhado das respectivas notas fiscais, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.

6.2.3. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas.

6.2.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

6.2.5. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

6.2.6. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual, prestando todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

6.2.7. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE.

6.2.8. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.

6.2.9. Quando especificado, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC.

6.2.10. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato.

6.2.11. Interromper, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada em conformidade com as especificações ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.2.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de equipamentos, acessórios, ferramentas e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

- 6.2.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a CONTRATANTE em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 6.2.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 6.2.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 6.2.16. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 6.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 6.2.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.2.18.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do Item 10.2 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
 - certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado, se couber.
- 6.2.19. Responsabilizar-se pelo comportamento de seu pessoal técnico no recinto da CONTRATANTE, obrigando-se a substituir, quando for recomendado, o técnico que se comportar de maneira inconveniente.
- 6.2.20. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 6.2.21. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto 7.203, de 2010.
- 6.2.22. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 6.2.23. Colaborar e efetivamente cooperar na solução de interfaces com os demais fornecedores/fabricantes ou quaisquer outros terceiros contratados pela CONTRATANTE, com o fornecimento de toda e qualquer informação técnica solicitada, dentro dos prazos necessários estabelecidos pela CONTRATANTE, durante todo o período de garantia.
- 6.2.24. Qualquer dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, na execução dos serviços, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA e os reparos necessários deverão ser executados às suas expensas.
- 6.2.25. Responsabilizar-se, sem qualquer espécie de solidariedade por parte da CONTRATANTE, pelas obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil, em relação ao pessoal que a mesma alocar para prestação dos serviços de manutenção dos equipamentos.
- 6.2.26. A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 6.2.27. A CONTRATADA não poderá cobrar valores adicionais, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional.
- 6.2.28. A CONTRATADA é responsável integralmente pela segurança de seus veículos e equipamentos, movimentação de pessoal ou material, assumindo a responsabilidade por qualquer acidente com seu pessoal, e ou provocado por estes a terceiros, durante os trabalhos de manutenção.
- 6.2.29. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 6.2.30. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 6.2.31. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo pagamento dos salários, transportes e refeições aos seus empregados, bem como o recolhimento de todos os impostos, contribuição previdenciária ou social, taxas e encargos de natureza trabalhista, fiscal e parafiscal, diretos ou indiretos, decorrentes da prestação dos serviços em garantia, que sejam de sua responsabilidade legal, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA e os prepostos da mesma.
- 6.2.32. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.2.33. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.
- 6.2.34. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 6.2.35. **Das dependências terceirizadas:**
- 6.2.36. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. Disponibilização do objeto contratado:

- 7.1.1. A disponibilização dos acessos deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias correntes**, contados a partir da data mais precedente entre o recebimento da nota de empenho ou a assinatura do contrato.
- 7.1.2. A data e hora para a realização das instalações do serviço nas dependências da CONTRATANTE deve ser comunicada aos responsáveis pela gestão do contrato com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

7.1.3. Eventuais ocorrências de atrasos na instalações do serviço nas dependências da CONTRATANTE, deve ser comunicada aos responsáveis pela gestão do contrato com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, apresentando-se, com a devida comprovação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto.

7.1.4. O atendimento aos requisitos funcionais definidos para a instalação objeto deve ocorrer desde o momento de sua disponibilização, devendo, a CONTRATADA, reparar eventuais irregularidades constatadas pela CONTRATANTE.

7.1.5. Na oportunidade da conclusão da instalação dos serviços:

- a. a CONTRATADA deve fornecer à CONTRATANTE o termo de garantia válido para toda rede de assistência técnica dos fabricantes no Brasil.
- b. a CONTRATANTE deve fornecer à CONTRATADA o termo de recebimento provisório.

7.2. Verificação de atendimento:

7.2.1. Os equipamentos serão verificados após o recebimento da totalidade para a execução dos serviços.

7.3. Manutenção do objeto contratado:

7.3.1. As requisições da CONTRATANTE serão apresentadas à CONTRATADA na forma de Ordem de Serviço, ou instrumento análogo, intermediados segundo a seguinte ordem de preferência:

- a. aplicação de internet específica disponibilizada pela CONTRATADA;
- b. correio eletrônico corporativo específico da CONTRATADA;
- c. atendimento telefônico específico da CONTRATADA;
- d. comunicação diversa escrita.

7.4. Sigilo e Segurança:

7.4.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços sobre quaisquer informações contidas em quaisquer documentos, sistemas e dispositivos, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, não podendo, sob pena de lei, os divulgar, reproduzir ou utilizar em contexto alheio ao da contratação, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE.

7.4.2. O registro de compromisso com as definições de sigilo e segurança devem ser apresentados conforme o disposto nos seguintes anexos deste documento:

- a. ANEXO I: **Instrumento de Medição de Resultados**, estabelece as diretrizes funcionais para os níveis de qualidade da prestação do serviço esperados e as respectivas medidas de ajustamento a serem empreendidas pela CONTRATANTE;
- b. ANEXO II: **Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA;
- c. ANEXO III: **Termo de Ciência**, para registro de assinatura pelos empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Da Subcontratação:

8.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.2. Da Alteração Subjetiva:

8.2.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- d. haja a anuência expressa da CONTRATANTE à continuidade do contrato.

8.3. Critérios de Aceitação:

8.3.1. Não será exigido do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente amostras, sendo que a verificação da compatibilidade dos equipamentos com as especificações deste Termo de Referência será realizada no momento do recebimento dos produtos.

8.3.2. Para a verificação técnica dos itens do edital, a CONTRATANTE fará uma análise física e lógica dos equipamentos quando da execução contratual e o recebimento provisório. Nesta fase, caso a análise não comprove o solicitado em edital, a CONTRATADA será convocada para comprovar o solicitado através de seu corpo técnico.

8.3.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.3.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, em seus anexos e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias correntes, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Após este prazo, caso permaneçam os problemas, o material será considerado “não aceito”.

8.3.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias correntes, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.3.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.3.7. O recebimento definitivo dos ITENS 1, 2, 3 e 4 ocorrerá, apenas, após a CONTRATADA realizar os testes em ambiente indicado pela CONTRATANTE.

8.3.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.4. Procedimentos de Teste e Inspeção:

8.4.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.4.2. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATADA ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 8.4.3. O representante da CONTRATADA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 8.4.4. Os ITENS serão testados por meio de testes de conexão em rede e verificação do funcionamento de seus componentes.
- 8.5. **Níveis Mínimos de Serviço Exigidos:**
- 8.5.1. Os ITENS serão considerados definitivamente recebidos após a entrega, a instalação e a configuração, por parte da CONTRATADA, da totalidade de itens adquiridos.
- 8.5.2. A comissão de recebimento/fiscalização será responsável por atestar a qualidade dos equipamentos adquiridos.
- 8.5.3. A entrega dos itens deverá ser concluída pela CONTRATADA dentro do prazo máximo de **30 (trinta)** dias correntes. Esse prazo se inicia a partir da data de recebimento da nota de empenho e/ou data de assinatura do contrato, o que ocorrer primeiro.
- 8.5.4. Deverão ser atendidos os prazos de assistência técnica definidos nos requisitos de garantia.
- 8.6. **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento:**
- 8.6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo;
 - cometer fraude fiscal.
- 8.6.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE.
 - Multa decorrente de fatos diversos, nas seguintes proporções:
 - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do OBJETO, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das TABELAS 1 e 2, apresentadas abaixo.
 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 8.6.3. Durante o período de execução do OBJETO, considera-se como inexecução total da obrigação assumida as ocorrências de indisponibilidade do serviço de superiores a 3 (três) horas contínuas, auferidos segundo os critérios do Instrumento de Medição de Resultado (Anexo I).
- 8.6.4. As sanções de de suspensão de licitar e contratar apresentadas também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 8.6.1 deste Termo de Referência.
- 8.6.5. As sanções previstas nas alíneas *a*, *c*, *d* e *e* poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 8.6.6. As sanções de multa são consideradas independentes entre si e podem ser aplicadas cumulativamente.
- 8.6.7. As multas serão aplicadas conforme os graus de infração apresentados a seguir:

Tabela 8.1 - Graus de aplicação de multa.

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 8.2 - Descrição dos critérios para estabelecer os graus de aplicação de multa.

INFRAÇÃO	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3

4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE, por empregado e por dia.	3
6	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	1
7	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	2
8	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	1
9	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	3
10	Deixar de indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	1
11	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	1

8.6.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

8.6.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

8.6.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

8.6.11. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.6.12. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou a CONTRATANTE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.6.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.6.14. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da CONTRATADA deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Apuração Responsabilização - PAAR.

8.6.15. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.6.16. O processamento do PAAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.6.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.7. Do Pagamento:

8.7.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.7.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.7.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato (recebimento definitivo).

8.7.4. A Nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.7.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.7.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e da CONTRATANTE;
- o período de prestação dos serviços;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.7.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

8.7.8. Nos termos do Item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- não produziu os resultados acordados;
- deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

- c. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.7.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.7.9.1. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.7.9.2. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.7.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com a Administração Pública, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.7.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

8.7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.7.14. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

8.7.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.7.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

8.7.17. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.7.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Encargos moratórios $(V \times N \times I)$, sendo:

V = Valor da parcela a ser paga

N = Dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

I = Índice de compensação financeira de **0,00016438**, apurado sob o percentual da taxa anual de **6%**, sendo:

$$(6 / 100) / 365 = 0,00016438$$

8.8. Da Fiscalização do Contrato:

8.8.1. A Administração deverá na fiscalização do contrato administrativo:

- providenciar portaria de designação específica para fiscalização de cada contrato, com atestado de recebimento pelo fiscal designado e que constem claramente as atribuições e responsabilidades, de acordo com o estabelecido pela Lei 8.666/93 em seu artigo 67;
- designar fiscais considerando a formação acadêmica ou técnica do servidor/funcionário, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato, bem como o comprometimento concomitante com outros serviços ou contratos;
- realizar sistematicamente o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos fiscais (Acórdão nº 1094/2013-Plenário).

8.8.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8.3. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.8.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

8.8.5. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8.6. A conformidade do material, técnica ou equipamento a serem utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.8.7. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.8.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.8.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.8.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize definitivamente a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.8.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.8.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.8.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.8.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.8.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.8.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. Os critérios e metodologias aplicados para o estabelecimento dos **preços de referência** apresentados neste documento são dispostos no Lici. Mapa Comparativo de Preços GTIC/DPF/FIG/PR (20370656), apensa a este Processo.

9.2. As despesas decorrentes da contratação serão identificados quando da efetiva elaboração do Edital da contratação.

10. DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

10.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de bens comuns, conforme artigo 1º da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 10.024/2019.

11.1.1. As empresas prestadora dos serviços constantes deste Termo de Referência deverão sujeitar-se às disposições do Código de Proteção do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

11.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência:

11.2.1. Para a contratações de serviços comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

11.2.2. Nas contratações de serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

11.3. Critérios de Qualificação para a Habilitação:

11.3.1. A CONTRATADA deve apresentar atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a prestação dos serviços, pela CONTRATANTE, compatível com o objeto licitado, de forma satisfatória e a contento, devidamente datados e assinados.

11.3.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

11.3.3. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

11.4. Critérios de aceitabilidade de preços serão:

11.4.1. Valores unitários máximos, dispostos em tabelas no subitem 2.2 deste Termo de Referência.

11.4.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

11.4.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital somados a maior largura de banda oferecida.

11.5. Critérios de aceitabilidade da sustentabilidade:

11.5.1. Para fins de aceitação, a empresa deverá enviar Declaração Socioambiental de que seu serviço atende as especificações socioambientais do certame, as quais serão comprovadas quando da execução dos serviços e o consequente recebimento provisório e definitivo.

12. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

12.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

12.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

12.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

12.4. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

12.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.6. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.7. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.8. A critério da Administração, no prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

12.9. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

12.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

12.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

12.12. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o fiscal do contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- c. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento substituto.

12.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

12.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

13.15. Este Termo de Referência é elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação (20414747), a partir do Estudo Técnico Preliminar Digital (20373613) da Contratação, em acordo com as disposições do § 3º do Artigo 11 e do § 6º do Artigo 12 da Instrução Normativa 1/2019 da Secretaria de Governo Digital - SGD/ME.

DENIR VALENCIO DE CAMPOS
Perito Criminal Federal
GTIC/DPF/FIG/PR
Integrante Requisitante e Técnico Titular

LUCI DE ANDRADE CRUZ
Escrivã de Polícia Federal
SELOG/DPF/FIG/PR
Requisitante da Equipe de Planejamento da Contratação

Em cumprimento ao Inciso II do art. 14º. da Lei 10.024/2019, APROVO o presente Termo de Referência.

FABIO SEIJI TAMURA
Delegado de Polícia Federal
Chefe da UASG - DPF/FIG/PR

ANEXO I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. APRESENTAÇÃO

Este documento estabelece as diretrizes funcionais, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, para os níveis de qualidade da prestação do serviço esperados e as respectivas medidas de ajustamento a serem empreendidas pela CONTRATANTE independentemente das disposições

relacionadas a sanções por descumprimento do contrato.

2. INDICADORES DE IMPLEMENTAÇÃO

Os resultados apurados pelos indicadores de implementação avaliam requisitos estáticos e inerentes à prestação do serviço. Eventuais transgressões aos requisitos estabelecidos devem ser consideradas como *Inadequação do Serviço* - considerando-se que, nestas ocasiões, o serviço não é executado -, passíveis de aplicação de multas ou outras sanções quando excedentes aos limites circunstanciais estabelecidos no Termo de Referência.

2.1 Estrutura do acesso

Finalidade	Garantia da qualidade do serviço.
Vigência	Integralidade do período da contratação.
Metodologia	Inspeção material dos componentes instalados.
Periodicidade	Circunstancial ao ato da execução do serviço de instalação e a eventuais atualizações de componentes estruturais.
Requisitos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tráfego de sinais integralmente sobre fibra óptica entre a edificação do prestador e da Unidade Institucional, segundo arquitetura FTTB. 2. Disponibilização, em regime de comodato, de modem óptico com, no mínimo, quatro portas de saída em interface Gigabit Ethernet.
Cálculo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Transgressões computadas como <i>Inadequação do Serviço</i>.
Ajustes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rejeição do serviço de instalação. 2. Requisição de atendimento aos requisitos determinados.
Sanções	<ol style="list-style-type: none"> 1. Retenção do pagamento do serviço de instalação. 2. Retenção do pagamento do serviço de acesso. 3. Eventual aplicação de sanções ao prestador. 4. Eventual cancelamento do contrato.

2.2 Endereçamento do acesso

Finalidade	Garantia da integralidade do serviço.
Vigência	Integralidade do período da contratação.
Periodicidade	Circunstancial ao ato da disponibilização do serviço de acesso e a eventuais atualizações de endereçamento.
Metodologia	Inspeção virtual dos recursos disponibilizados, utilizando mecanismos próprios.
Requisitos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reserva de endereços IP utilizáveis para uso exclusivo da parte contratante, compondo-se de no mínimo: <ol style="list-style-type: none"> a. quatro endereços Ipv4; b. quatro endereços Ipv6. 2. Preservação dos endereços IP reservados durante toda a vigência do contrato, salvo em caso de solicitação de alteração pela CONTRATANTE.
Cálculo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Transgressões computadas como <i>Inadequação do Serviço</i>.
Ajustes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Rejeição do serviço de acesso. 2. Requisição de atendimento aos requisitos determinados.
Sanções	<ol style="list-style-type: none"> 1. Retenção do pagamento do serviço de acesso. 2. Eventual aplicação de sanções ao prestador. 3. Eventual cancelamento do contrato.

3. INDICADORES DE DISPONIBILIDADE

Os resultados apurados para a etapa da prestação contratada a título de assinatura mensal sujeitam-se a avaliação da disponibilidade integral do serviço, considerando-se o cumprimento de todos os requisitos definidos em, **no mínimo, 99% do período de referência**. Eventuais transgressões aos requisitos estabelecidos são consideradas como *Indisponibilidade do Serviço*, passíveis de aplicação de sanções quando excedentes aos limites temporais definidos no Termo de Referência.

Assim, para cada período mensal referente à assinatura, será utilizado o *Índice de Disponibilidade Mensal* (IDM) para a avaliação do resultado pretendido, considerando o cálculo apresentado a seguir:

IS – Indisponibilidade do serviço

Interrupção do cumprimento aos requisitos não ocasionado pela CONTRATANTE.

LIS – Lapso de indisponibilidade do serviço

Lapso temporal, mensurado em minutos, arredondando-se acima suas eventuais frações, entre a requisição apresentada pela contratante à prestadora para o reparo da IS e o pleno reestabelecimento do cumprimento dos requisitos.

IMS – Indisponibilidade mensal do serviço

Somatória de todos os PIS ocorridos em um determinado mês.

DMT – Duração mensal total

Mensuração em minutos de um determinado mês.

IDM – Índice de Disponibilidade Mensal

Percentual entre o IMS e DMT relativos a um mesmo mês, segundo a fórmula apresentada:

$$IDM = (1 - (IMS \div DMT)) \times 100$$

3.1 Disponibilidade de acesso

Finalidade	Garantia da disponibilidade do serviço.
Vigência	Integralidade do período da contratação.
Metodologia	Inspecção virtual do serviço disponibilizados, utilizando mecanismos próprios conjugado a informações apresentadas pelo prestador.
Periodicidade	Mensal, até o oitavo dia útil do mês subsequente ao período avaliado.
Requisitos	1. Disponibilização contínua do acesso.
Cálculo	1. Transgressões computadas como <i>Indisponibilidade do Serviço</i> .
Ajustes	1. Dedução de valores proporcionalmente ao déficit do IDM. 2. Requisição de atendimento aos requisitos determinados.
Sanções	1. Redução do pagamento da assinatura ao mês de referência. 2. Eventual aplicação de sanções ao prestador. 3. Eventual cancelamento do contrato.

3.2 Qualidade de transmissão

Finalidade	Garantia da qualidade do serviço.
Vigência	Integralidade do período da contratação.
Periodicidade	Mensal, até o oitavo dia útil do mês subsequente ao período avaliado.
Metodologia	Inspecção virtual do serviço disponibilizados, utilizando mecanismos próprios conjugado a informações apresentadas pelo prestador.
Requisitos	1. Largura de banda simétrica para download e upload, segundo as definições para cada Unidade Institucional. 2. Integridade da banda nominal, considerando os seguintes limites máximos: <ol style="list-style-type: none"> 150ms para latência total de rede; 30ms para atraso de pacotes; 1% para perda de contrato.
Cálculo	1. Transgressões computadas como <i>Indisponibilidade do Serviço</i> .
Ajustes	1. Dedução de valores proporcionalmente ao déficit do IDM. 2. Requisição de atendimento aos requisitos determinados.
Sanções	1. Redução do pagamento da assinatura ao mês de referência.

2. Eventual aplicação de sanções ao prestador.
3. Eventual cancelamento do contrato.

3.3 Preservação da segurança

Finalidade	Garantia da segurança do serviço.
Vigência	Integralidade do período da contratação.
Periodicidade	Mensal, até o oitavo dia útil do mês subsequente ao do período avaliado.
Metodologia	Inspeção virtual do serviço disponibilizados, utilizando mecanismos próprios conjugado a informações apresentadas pelo prestador.
Requisitos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proteção a ataques DDoS volumétrico, operado de forma contínua durante a prestação do serviço. 2. A proteção deve implementar mecanismos capazes de mitigar, automaticamente, ataques que façam o uso não autorizado de recursos de rede, incluindo: <ol style="list-style-type: none"> a. ICMP Flood; b. SYN Flood; c. TCP Flood; d. UDP Flood. 3. A mitigação de ataques deverá ser baseada em arquitetura na qual o tráfego suspeito é desviado, de forma transparente, por meio de alterações do plano de roteamento na infraestrutura da prestadora. 4. O sistema de segurança deverá atuar sobre o tráfego somente em momentos de ataque, estando completamente inativo em situações normais. 5. Deverá ser possível realizar o desvio exclusivo do tráfego sob suspeita de ataque, permanecendo em curso livre as transações legítimas.
Cálculo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Transgressões computadas como <i>Indisponibilidade do Serviço</i>.
Ajustes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dedução de valores proporcionalmente ao déficit do IDM. 2. Requisição de atendimento aos requisitos determinados.
Sanções	<ol style="list-style-type: none"> 1. Redução do pagamento da assinatura ao mês de referência. 2. Eventual aplicação de sanções ao prestador. 3. Eventual cancelamento do contrato.

3.4 Gerenciamento de serviço

Finalidade	Garantia da segurança do serviço.
Vigência	Integralidade do período da contratação.
Periodicidade	Mensal, até o oitavo dia útil do mês subsequente ao do período avaliado.
Metodologia	Inspeção virtual do serviço disponibilizados, utilizando mecanismos próprios conjugado a informações apresentadas pelo prestador.
Requisitos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilização de acesso a <i>aplicação web</i> (acessível por navegadores de Internet) para disponibilizar relatórios e informações de tráfego, bem como visualizar os eventos e alertas de segurança contendo, no mínimo. 2. A aplicação deve permitir a customização em tempo real de configurações para, no mínimo: <ol style="list-style-type: none"> a. Detecção e mitigação automática baseada em limiares de <i>pps</i> (pacotes por segundo) e <i>bps</i> (bits por segundo); b. Bloqueio e limitação de taxa para endereços IP, individualmente ou em faixa (<i>range</i>), de destino. 3. A aplicação deve permitir o acesso ao registro de todas as interrupções do serviço ocorridas, disponibilizadas em até 10 dias após o momento das consultas.
Cálculo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Transgressões computadas como <i>Indisponibilidade do Serviço</i>.
Ajustes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dedução de valores proporcionalmente ao déficit do IDM. 2. Requisição de atendimento aos requisitos determinados.
Sanções	<ol style="list-style-type: none"> 1. Redução do pagamento da assinatura ao mês de referência. 2. Eventual aplicação de sanções ao prestador. 3. Eventual cancelamento do contrato.

ANEXO II - TERMO DE RESPONSABILIDADE E MANUTENÇÃO DE SIGILO

O(a) Sr.(a) _____ CPF nº _____ endereço _____, profissional responsável pela execução do contrato nº _____ / _____, DECLARA, sob as penalidades da lei, que está ciente das normas de segurança vigentes na DPF/FIG/PR e que se compromete a:

1. Não divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto.
2. Não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, para si ou para terceiros.
3. Não efetuar nenhuma gravação ou cópia do código fonte ou das informações confidenciais a que tiver acesso.
4. Não apropriar-se para si ou para outrem do material confidencial e/ou sigiloso oriundo das informações confidenciais às quais terei acesso.
5. Não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso a tais informações por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

Informação Confidencial: toda e qualquer informação pertencente exclusivamente à Polícia Federal e seus afiliados, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, know-how, processos, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, sistemas de logística e layouts, planos de negócios (business plans), documentos, contratos, papéis, pareceres, dados e código fonte, que forem disponibilizados a mim sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.

Todas as informações, imagens e documentos a serem manuseados e utilizados são de propriedade da CONTRATANTE e não poderão ser repassados, copiados, alterados ou absorvidos pela CONTRATADA sem expressa autorização do CONTRATANTE

Não se configuram informações confidenciais:

1. Aquelas já disponíveis ao público em geral sem minha culpa.
2. Aquelas que não são mais consideradas confidenciais pela coordenação do projeto e pelo Departamento de Tecnologia da Informação da Polícia Federal.
3. Os conhecimentos de ferramentas e tecnologias de terceiros não vinculados à Polícia Federal, adquiridos por mim durante o projeto.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pela coordenação do projeto.

Pelo não cumprimento do presente Termo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

E, por ser verdade, firmamos o presente.

Local, Data.

Nome Completo
CPF
Endereço
Telefones

ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA E MANUTENÇÃO DE SIGILO

Contrato nº	
Objeto:	
Gestor do Contrato:	Matrícula:
Contratante:	
Contratada:	CNPJ:
Preposto da Contratada:	CPF:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o Termo de Responsabilidade e Sigilo e das normas de segurança vigentes no Departamento de Polícia Federal, comprometendo-se a cumpri-los.

Também declaram que não farão uso em benefício próprio de nenhum dos recursos disponíveis no Departamento de Polícia Federal, tais como: telefones, impressoras, e-mail, acesso à internet e sistemas, dentre outros.

CIÊNCIA	
Funcionários da Contratada	
Nome:	Assinatura:

Matrícula:	
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:
Nome: Matrícula:	Assinatura:



Documento assinado eletronicamente por **DENIR VALENCIO DE CAMPOS, Perito(a) Criminal Federal**, em 12/11/2021, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIO SEIJI TAMURA, Chefe de Delegacia**, em 12/11/2021, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21039778** e o código CRC **AA52CA59**.